



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

INDICAÇÃO Nº 273/2025

Sr. Presidente
Srs. Vereadores

Indico à Mesa nos termos regimentais que seja oficiado o Poder Executivo solicitando que este encaminhe à deliberação desta Edilidade o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a estruturação da carreira de Agente Fiscal Tributário, nos moldes do anteprojeto encaminhado em anexo. **Que se de ciência desta ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, das Autarquias Municipais e Fundações Públicas de Votuporanga, bem como ao Secretário Municipal da Fazenda e ao Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda.**

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 7 de abril de 2025

O WARTÃO
VEREADOR

JUSTIFICATIVA

Desde 7 de dezembro de 2017 quando a Assessoria do Gabinete do Prefeito e a então Divisão de Fiscalização Tributária entregaram em mãos ao ex-prefeito João Dado o projeto de lei complementar de estruturação da carreira de Agente Fiscal Tributário, a expectativa pelo seu encaminhamento à deliberação desta edilidade tornou-se fato relevante.

Passados 7 anos sem qualquer providência do Poder Executivo, necessárias para a efetivação da estruturação da carreira de Agente Fiscal Tributário, acompanhando o que se fez a nível federal com Auditores da Receita Federal e a nível estadual com os Auditores da Receita Estadual, que tiveram reconhecidos o trabalho essencial que prestam à Administração Pública, na guarda e incremento da arrecadação dos tributos, o sonho do reconhecimento pela Administração Municipal permanece.

Importante destacar que, o projeto de lei complementar não cria nenhum tipo de privilégio, muito menos penduricalho indevido e imerecido.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

Praça “Vereador Viana Filho” - Vila América
CEP 15.502.105 – Fone/Fax (17)3421.1188 – 0800 775 1188
CNPJ 49.677.917/0001-14
www.camaravotuporanga.sp.gov.br

Documento enviado para assinatura ao(s): O WARTÃO.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<>>> DATA / HORA: 08/04/2025 08:35:43 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROTM-110555-3X1B4S-6N2N2M | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Com ele, finalmente a Administração Municipal reconhece que os Agentes Fiscais Tributários exercem atividade essencial de Estado e que sua remuneração, suas atribuições, seus deveres e obrigações, merecem tratamento especial e rigoroso, condizentes com a importância do cargo.

São essas as razões que me levam ao encaminhamento da presente indicação, na esperança de que o Prefeito Municipal se sinta motivado a tornar realidade a estruturação da carreira de Agente Fiscal Tributário.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

Praça “Vereador Viana Filho” - Vila América
CEP 15.502.105 – Fone/Fax (17)3421.1188 – 0800 775 1188
CNPJ 49.677.917/0001-14
www.camaravotuporanga.sp.gov.br

Documento enviado para assinatura ao(s): O WARTÁ O.

Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.

e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<>>> DATA / HORA: 08/04/2025 08:35:43 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-110555-3X1B4S-6N2N2M | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO DOS OCUPANTES DO CARGO DE AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO, INSTITUI O PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE E A PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU NOS TERMOS DO ARTIGO 56, INCISO III, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam instituídos para os ocupantes do cargo de Agente Fiscal Tributário, na forma desta Lei Complementar:

- I – o regime de trabalho e a remuneração;
- II – o Prêmio de Produtividade - PP; e
- III – a Participação nos Resultados – PR.

Art. 2º A Fiscalização Fazendária é instituição de natureza permanente, e o Agente Fiscal Tributário tem, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

CAPÍTULO II

DO AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO

Seção I

Da Competência Privativa

Art. 3º Ao Agente Fiscal Tributário compete privativamente:

- I – a fiscalização direta dos tributos municipais;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

II - controlar, auditar e fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes, inclusive as de natureza acessórias e demais formalidades legais exigíveis;

III - constituir o crédito tributário, mediante lançamento, proceder à sua revisão de ofício, homologar, aplicar as penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo;

IV - interpretar e aplicar a legislação tributária;

V - examinar e/ou apreender notas, faturas, guias, livros, arquivos, papéis, e demais documentos fiscais do contribuinte, sem aplicação de quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco;

VI - verificar a exatidão dos registros, declarações e demais elementos que sirvam de base à determinação dos dados para pagamento de tributos;

VII - fixar e revisar o lançamento tributário;

VIII - efetuar a lavratura de Notificações, Termos de fiscalização, Apreensão, Depósito e de Autos contra os infratores;

IX - prestar informações em processos administrativos de natureza tributária, inclusive de certidão;

X - autenticar e autorizar livros e documentos fiscais;

XI - informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa antes do termo prescricional;

XII - executar vistorias iniciais e informar em processos administrativos com a finalidade de conferir a atividade exercida pelo contribuinte para enquadramento na lista de serviços, bem como às alterações cadastrais do interesse da Fazenda Municipal, dos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e similares;

XIII - acompanhar as declarações dos contribuintes de ICMS para fins de apuração dos repasses do Índice de Participação do Município e propor recurso junto à Secretaria da Fazenda - SEFAZ;

XIV - orientar sobre a aplicação de leis, regulamentos e demais atos administrativos de natureza tributária;

XV - realizar atendimento ao público em geral através do Plantão Fiscal;

XVI - exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais através de Visita Fiscal;

XVII - pesquisar e coletar dados nas repartições relativas ao recolhimento de tributos;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

- XVIII - efetuar estudos e pesquisas para aperfeiçoamento de métodos e processo de arrecadação e fiscalização e emitir pareceres de caráter tributário, inclusive em processos de consulta;
- XIX - representar junto à Junta de Recursos Fiscais em processos de interesse do fisco;
- XX - prestar assessoria tributária em projetos internos que visam o desenvolvimento econômico do Município;
- XXI - propor alteração na legislação tributária municipal, com vistas ao aprimoramento da arrecadação, fiscalização e simplificação das exigências legais;
- XXII - apreender aparelhos e máquinas autenticadoras em situação irregular ou que apresentem sinais de fraude;
- XXIII - propor cassação de alvará de licença e funcionamento de contribuintes que, reiteradamente, deixaram de cumprir a legislação tributária municipal;
- XXIV - propor o embargo de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços em situação irregular, perante a Secretaria Municipal da Fazenda;
- XXV - executar as tarefas que lhe forem confiadas por seus superiores hierárquicos;
- XXVI - realizar a fiscalização do ITR quando determinado pela Receita Federal, conforme convênio; e
- XXVII - executar outras atribuições afins

Seção II Dos Níveis

Art. 4º O cargo de provimento efetivo de Agente Fiscal Tributário compreende 6 (seis) níveis, na seguinte conformidade:

- I – Agente Fiscal Tributário Nível I;
- II – Agente Fiscal Tributário Nível II;
- III – Agente Fiscal Tributário Nível III;
- IV – Agente Fiscal Tributário Nível IV;
- V – Agente Fiscal Tributário Nível V; e
- VI – Agente Fiscal Tributário Nível VI.

§ 1º Quando da publicação da presente Lei, para fins do disposto no presente artigo, ficam mantidos os direitos já adquiridos pelos Agentes Fiscais Tributários desde a data de seu provimento no cargo.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

§ 2º Os integrantes do cargo de Agente Fiscal Tributário que tenham ingressado nestes cargos de provimento efetivo da Administração Direta anteriormente à data de entrada em vigor desta lei, serão enquadrados nos níveis de I a VI da seguinte forma:

- I – no nível I os que contarem com até 3 (três) anos de efetivo exercício;
- II – no nível II os que contarem com mais de 3 (três) até 7 (sete) anos de efetivo exercício;
- III – no nível III os que contarem com mais de 7 (sete) até 11 (onze) anos de efetivo exercício;
- IV – no nível IV os que contarem com mais de 11 (onze) até 16 (dezesesseis) anos de efetivo exercício;
- V – no nível V os que contarem com mais de 16 (dezesesseis) até 21 (vinte e um) anos de efetivo exercício;
- VI – no nível VI os que contarem com mais de 21 (vinte e um) anos de efetivo exercício.

e

Seção III

Da Lotação e da Classificação

Art. 5º Os Agentes Fiscais Tributários serão lotados no Departamento de Receita Tributária e classificados nos órgãos de execução cujas atribuições se enquadrem nas competências exclusivas previstas no art. 3º desta Lei, pelo Diretor do Departamento.

§ 1º O Agente Fiscal Tributário nomeado para ocupar cargo de provimento em comissão na estrutura Administrativa do Município, em órgão não vinculado ao Departamento de Receita Tributária, ou que exerça mandato eletivo, poderá optar pela remuneração do cargo de Agente Fiscal Tributário ou do cargo em comissão ou eletivo.

§ 2º Enquanto perdurar a nomeação a que se refere o § 1º deste artigo o Agente Fiscal Tributário não poderá praticar nenhum ato privativo de Agente Fiscal Tributário.

Art. 6º Caberá ao Diretor do Departamento de Receita Tributária definir o número de Agentes Fiscais Tributários destinados a cada um dos órgãos da Fiscalização Fazendária e os requisitos necessários para a respectiva classificação.

Seção IV

Da Forma de Ingresso

Art. 7º O ingresso no cargo de Agente Fiscal Tributário será precedido de concurso público de habilitação, de provas e títulos, de acordo com os critérios estabelecidos no edital que rege o concurso, e será realizado mediante prévia autorização do Prefeito Municipal.

§ 1º O concurso compreenderá prova escrita, com caráter eliminatório, e avaliação de títulos.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

§ 2º Na avaliação de títulos somente serão computáveis:

I - título de doutor conferido por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura, ou por Escola estrangeira de reconhecido valor;

II - diploma ou certificado de conclusão de curso de especialização, mestrado, extensão universitária ou equivalente, com duração mínima de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, ministrado por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura, ou por Escola estrangeira de reconhecido valor; e

III - exercício, por mais de 1 (um) ano, de cargo, emprego ou função de natureza tributária em entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações.

§ 3º O edital conterá as matérias sobre as quais versarão as provas, respectivos programas e critérios de avaliação dos títulos, assim como o número de cargos a serem preenchidos.

Art. 8º São requisitos para inscrição:

I – ser brasileiro nato ou naturalizado;

II – ter concluído curso de nível superior de escolaridade, em instituição de ensino reconhecida; e

III – haver recolhido a taxa de inscrição.

Art. 9º. Os cargos iniciais de Agente Fiscal Tributário serão providos em caráter efetivo, por nomeação, obedecida a ordem de classificação no concurso público a que se refere o **caput** do art. 7º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Quando da nomeação no cargo, o Agente Fiscal Tributário será enquadrado, obrigatoriamente, no Nível I, mesmo que já tenha tempo de serviço público.

Seção V

Da Posse e do Compromisso

Art. 10. Os Agentes Fiscais Tributários serão empossados mediante assinatura do termo de compromisso em que o empossado prometa cumprir fielmente os deveres do cargo.

Art. 11. São condições para a posse:

I – estar quite com o serviço militar ou o serviço alternativo atribuído pelas Forças Armadas, na forma da lei;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

- II – estar quite com a Justiça Eleitoral e em gozo dos direitos políticos;
- III – ter idade superior a 18 (dezoito) anos;
- IV – não possuir antecedentes criminais ou civis incompatíveis com o ingresso no cargo;
- V – gozar de sanidade física e mental; e
- VI - apresentar declaração de bens, que será renovada anualmente.

Parágrafo único. É de 30 (trinta) dias, contados da publicação do Decreto de nomeação, o prazo para a posse de Agente Fiscal Tributário, prorrogável por igual período, a critério da autoridade competente, sob pena de insubsistência do ato de provimento.

Seção VI Do Exercício

Art. 12. O Agente Fiscal Tributário deverá entrar em exercício no prazo de 15 (quinze) dias a contar da posse, prorrogável por igual período, a critério da autoridade competente, sob pena de exoneração.

Seção VII Do Estágio Probatório e da Estabilidade

Art. 13. Os 3 (três) primeiros anos de exercício no cargo de Agente Fiscal Tributário correspondem ao estágio probatório, e servirão para verificação do preenchimento dos requisitos mínimos necessários à sua confirmação no cargo, a qual lhe garantirá a estabilidade.

§1º. Constitui requisito de que trata este artigo:

I - conduta profissional compatível com o exercício do cargo; e

II - qualidade do trabalho realizado.

§2º A verificação do cumprimento dos requisitos de que trata este artigo será feita pelo Diretor da Divisão da Fiscalização Fazendária, que remeterá ao Diretor do Departamento da Receita Tributária, até 30 (trinta) dias antes do término do estágio, relatório circunstanciado sobre a conduta e o desempenho profissional do Agente Fiscal Tributário, concluindo, fundamentadamente, sobre sua confirmação ou exoneração.

§3º Será concedido ao interessado, em caso de parecer pela exoneração, o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa, antes da decisão do Prefeito Municipal.

Art. 14. O Agente Fiscal Tributário confirmado no cargo será enquadrado automaticamente no nível II.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Art.15. Caberá ao Prefeito Municipal expedir o ato de exoneração do Agente Fiscal Tributário não aprovado em estágio probatório.

Art. 16. O Agente Fiscal Tributário declarado estável perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; e

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Seção VIII

Do Regime de Trabalho

Art. 17. Os Agentes Fiscais Tributários sujeitam-se a Jornada de Trabalho integral de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, bem assim, quando estabelecido, ao sistema de rodízio de períodos diurnos e noturnos, facultada a compensação de horários, vedado o exercício de outra atividade durante essa jornada.

§1º O comparecimento ao trabalho será obrigatório aos sábados, domingos e feriados, quando houver escala de serviço, garantido o descanso semanal de 48 (quarenta e oito horas).

§ 2º O Agente Fiscal Tributário convocado para trabalhar na forma do § 1º deste artigo deverá compensar o descanso semanal:

I – no primeiro dia útil seguinte ao sábado, domingo e feriado em que trabalhar; ou

II - mediante prévia comunicação ao Diretor da Divisão da Fiscalização Fazendária, durante a semana seguinte a convocação.

§2º Ao Agente Fiscal Tributário, em razão de seu trabalho externo à repartição, é assegurada a dispensa do controle de frequência por ponto eletrônico, devendo preencher boletim semanal em que se comprove a respectiva assiduidade e efetiva prestação de serviço, ficando a cargo da Chefia imediata atestar sua frequência.

CAPÍTULO III

DA REMUNERAÇÃO E DAS DEMAIS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Seção I

Da Remuneração

Art. 18. Compõem a remuneração do Agente Fiscal Tributário:

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

I – como parte fixa, o vencimento base;

II – como parte variável:

a) o valor que perceber a título de Prêmio de Produtividade;

b) outras que vierem a ser previstas em lei.

III – como vantagens pecuniárias:

a) o adicional por tempo de serviço;

b) a sexta parte;

c) o décimo terceiro salário;

d) o acréscimo de 1/2 (um meio) de férias.

§1º Os vencimentos base dos cargos de Agente Fiscal Tributário, a que se refere o inciso I deste artigo, são os constantes da Tabela do Anexo I desta Lei Complementar, e serão reajustados nas mesmas datas e índices aplicáveis aos demais servidores.

§2º As vantagens previstas no inciso III deste artigo serão aplicadas em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 187, de 2011, asseguradas, ainda, as demais vantagens previstas nesta mesma Lei Complementar nº 187, de 2011.

Seção II

Do Prêmio de Produtividade

Art. 19. Ao Agente Fiscal Tributário será devido o Prêmio de Produtividade, a que se refere o inciso II do art. 1º desta Lei Complementar, de acordo com a produtividade mensal representada por quotas/mês, a ser regulamentado através de Decreto específico.

§1º Aos serviços executados serão atribuídas quotas, valoradas em razão da complexidade das tarefas a executar, da responsabilidade pela execução, do interesse do serviço a ser incentivado e dos resultados para a arrecadação tributária.

§2º O limite máximo de cotas para percepção mensal é de 1000 (mil) unidades, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento base do Agente Fiscal Tributário Nível I.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

§3º As quotas serão reajustadas nas mesmas datas e bases de reajuste dos demais servidores, não podendo o valor ser inferior ao anterior.

§4º Se houver excesso de quantidade de quotas em relação ao limite de percepção mensal, será ele destinado a compensar insuficiências verificadas em meses subsequentes.

§5º O Agente Fiscal Tributário não perderá o Prêmio de Produtividade quando se afastar em virtude de férias, licença-prêmio, gala, nojo, júri, licença-gestante, licença paternidade, faltas abonadas, serviços obrigatórios por lei, viagens e outros afastamentos que a legislação considere como de efetivo exercício.

§6º Ao Agente Fiscal Tributário, nomeado para cargo de provimento em comissão na Secretaria Municipal da Fazenda, serão atribuídas, durante o período em que ocupar o cargo, mensalmente, a título de Prêmio de Produtividade, quotas fixas, no limite máximo de 1.200 (um mil e duzentas) quotas, conforme Anexo II desta Lei Complementar.

§7º. No caso de substituição de cargo em comissão que integre a Secretaria Municipal da Fazenda, o substituto, caso seja Agente Fiscal Tributário, terá direito aos acréscimos salariais atribuídos ao respectivo cargo durante o tempo em que o desempenhar.

§8º. Sobre o Prêmio de Produtividade a que se refere o caput deste artigo, incidirão as contribuições previdenciárias e o imposto de renda, e o mesmo incorporar-se-á à remuneração do Agente Fiscal Tributário para efeito de aposentadoria.

Art. 20. No cálculo do 13º salário, o valor do Prêmio de Produtividade será o resultante da média das quotas percebidas pelo Agente Fiscal Tributário, nos 12 (doze) meses anteriores a dezembro do respectivo ano.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Art. 21. A Participação nos Resultados – PR, instituída nos termos do inciso III do art. 1º desta Lei Complementar, constitui prestação pecuniária eventual paga ao Agente Fiscal Tributário, que a perceberá de acordo com o cumprimento de metas relacionadas à arrecadação dos impostos municipais.

§1º A Participação nos Resultados é desvinculada da remuneração do Agente Fiscal Tributário, não se integrando ou incorporando à ela, e não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária ou benefício.

§2º Sobre o valor da Participação nos Resultados - PR incidirão os descontos previdenciários.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Art. 22. O valor da Participação nos Resultados - PR a ser recebido será de:

I – 15% (quinze por cento) do vencimento base do Agente Fiscal Tributário, no nível em que este estiver, caso o montante arrecadado com os impostos municipais no mês corrente seja de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) maior que o montante arrecadado no mesmo mês do ano anterior;

II – 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento base do Agente Fiscal Tributário, no nível em que este estiver, caso o montante arrecadado com os impostos municipais no mês corrente seja de mais de 25 por cento maior que o montante arrecadado no mesmo mês do ano anterior;

§1º A Participação nos Resultados será paga mensalmente, no mês seguinte ao do período avaliado, juntamente com o salário do Agente Fiscal Tributário.

§2º Em caso de decréscimo da arrecadação em relação a mês anterior, não haverá qualquer prejuízo ao vencimento do Agente Fiscal Tributário, apenas não recebendo quantia a título de Participação nos Resultados.

Art. 23. A Participação nos Resultados - PR será paga ao Agente Fiscal Tributário removido, afastado ou que estiver sob licença, na proporção do prazo em que estiver presente durante o mês de avaliação.

Art. 24. A verificação do montante arrecadado e a consequente averiguação do percentual acrescido na arrecadação ficarão a cargo da Chefia da Fiscalização Fazendária, a qual disporá de relatórios fornecidos pelos sistemas de controle de arrecadação contratados pelo Município.

Art. 25. Serão considerados, no cálculo da arrecadação para fins de aferição do percentual da Participação nos Resultados, os seguintes impostos municipais:

I - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

II - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); e

III - Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

§ 1º Os impostos municipais serão considerados nos valores efetivamente recolhidos pelos contribuintes no mês a que se referir o cálculo da Participação nos Resultados – PR.

§ 2º Incluem-se, no cálculo a que se refere o § 1º deste artigo, todas as receitas relacionadas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, como o ISSQN Anual, ISSQN Mensal, ISSQN Estimativa, ISSQN Retenção, ISSQN Edificação e ISSQN advindo de recolhimento feito através de documento único de arrecadação da Receita Federal.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

CAPÍTULO V DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL

Art. 26. A evolução funcional dos ocupantes do cargo de Agente Fiscal Tributário far-se-á por meio do instituto da promoção por merecimento, a ser realizado anualmente.

Parágrafo único. Promoção é forma de provimento pela qual o Agente Fiscal é investido em um nível imediatamente superior.

Art. 27. Poderá concorrer à promoção o Agente Fiscal Tributário que no dia 31 de dezembro do ano a que corresponder à promoção tenha cumprido o interstício a que se refere o artigo 28 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A promoção produzirá efeitos a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao ano a que se referir.

Art. 28. A participação no concurso de promoção independe de inscrição do interessado.

Art. 29. Somente poderá concorrer à promoção o Agente Fiscal Tributário que tiver cumprido os seguintes interstícios mínimos de efetivo exercício no respectivo nível:

- I – nível I – três (3) anos;
- II – nível II – quatro (4) anos;
- III – nível III – quatro (4) anos;
- IV – nível IV – cinco (5) anos;
- V – nível V – cinco (5) anos;
- VI – nível VI – cinco (5) anos.

Art. 30. O merecimento será apurado no nível e aferido objetivamente, levando-se em conta:

- I – a conduta na vida pública;
- II – a dedicação no exercício no cargo;
- III – a presteza e segurança nas suas manifestações;
- IV – a eficiência no desempenho de suas funções, verificada por meio das referências dos demais Agentes Fiscais Tributários;
- V – a atuação em órgãos municipais que apresentem particular dificuldade para o exercício das funções;
- VI – a participação nas atividades da Fiscalização Fazendária em que desempenhe suas funções; e

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

VII – o tempo exercido em cargo em comissão da Fiscalização Fazendária.

Art. 31. O servidor aposentado não perderá seus direitos, vantagens e prerrogativas, ficando-lhe assegurados aqueles atribuídos aos Agentes Fiscais Tributários em atividade, salvo os incompatíveis com a sua condição de inativo.

CAPÍTULO VI DAS PRERROGATIVAS E DAS GARANTIAS

Art. 32. São prerrogativas e garantias do Agente Fiscal Tributário, além de outras previstas na Lei Complementar nº 187, de 2011, e demais legislações aplicáveis:

I - não ser constrangido, por qualquer modo ou forma, a agir em desconformidade com a sua consciência ético-profissional;

II - requisitar auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições;

III - requisitar das autoridades competentes certidões, informações, autos de processo administrativo, documentos e diligências necessários ao desempenho de suas funções;

IV - utilizar-se dos meios de comunicação municipais quando o interesse do serviço o exigir;

V - ter garantida a irredutibilidade de vencimentos, nos termos da Constituição Federal;

VI - obter, sem custo, a carteira funcional;

VII - dispor de instalações condignas e compatíveis com o exercício de suas funções;

VIII - ter acesso a dados e informações relativos à sua pessoa existentes no órgão da Fiscalização Fazendária, com direito à retificação e à complementação dos mesmos, se for caso;

IX - ter garantida a inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício de suas funções;

X – autonomia técnica e independência funcional, no exercício da função; e

XI - ter garantido o sigilo fiscal inerente ao exercício do cargo.

Art. 33. Em caso de infração penal imputada a Agente Fiscal Tributário, a autoridade policial, dela tomando conhecimento, comunicará o fato à Chefia responsável.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Art. 34. A prisão de Agente Fiscal Tributário, em qualquer circunstância, será imediatamente comunicada ao Chefe imediato, sob pena de responsabilidade, e será cumprida nos termos que dispõe a lei.

CAPÍTULO VII DOS DEVERES, PROIBIÇÕES E IMPEDIMENTOS

Seção I Dos Deveres e das Proibições

Art. 35. São deveres do Agente Fiscal Tributário, entre outros previstos em lei:

I - pugnar pela boa aplicação das leis vigentes e pela celeridade da administração;

II - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhe forem atribuídos pela autoridade competente;

III - proceder na vida pública e privada de forma que dignifique a função pública;

IV - zelar pelos bens confiados à sua guarda;

V - observar, nos casos indicados em lei, sigilo quanto à matéria dos procedimentos em que atuar, sendo pessoalmente responsável por toda manifestação, em qualquer meio de divulgação, a respeito de matéria relativa a seu cargo;

VI - manter assiduidade;

VII - representar sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribuições;

VIII - sugerir providências tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços; e

IX - manter atualizados os seus dados pessoais e curriculares.

Art. 36. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, ao Agente Fiscal Tributário é vedado:

I - aceitar cargo, emprego ou função pública fora dos casos autorizados em lei;

II - exercer a atividade de fiscalização fora do âmbito das atribuições institucionais;

III - empregar em qualquer expediente oficial, ou intervenção oral, expressão ou termo incompatíveis com o dever de urbanidade;

IV - valer-se da qualidade de Fiscal para obter qualquer vantagem.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Seção II

Dos Impedimentos e das Suspeições

Art. 37. É proibido ao Agente Fiscal Tributário exercer suas funções em processo administrativo:

I - em que seja parte ou de qualquer forma interessado;

II - em que tenha interesse cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau; e

III - nos demais casos previstos na legislação.

Art. 38. O Agente Fiscal Tributário dar-se-á por suspeito quando:

I - houver interesse moral;

II - compuser órgão julgador que estiver a decidir sobre cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau; e

III - ocorrer qualquer dos demais casos previstos na legislação.

Art. 39. Nas hipóteses previstas os arts. 36 e 37 desta Lei Complementar, o Agente Fiscal Tributário comunicará ao seu superior hierárquico imediato, em expediente próprio, os motivos do impedimento ou da suspeição, para que este os acolha ou rejeite.

CAPÍTULO VIII

DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 40. São de provimento exclusivo por Agente Fiscal Tributário os cargos de provimento em comissão e as funções de confiança relacionadas com:

I - a coordenadoria, direção e inspeção da atividade fiscal;

II - o controle da arrecadação de tributos;

III - a chefia, encarregatura, supervisão, assessoramento, assistência e planejamento da ação fiscal;

IV - a consultoria e orientação tributária;

V - representação junto a órgãos julgadores;

VI - julgamento em primeira instância do contencioso administrativo tributário, na forma da lei;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

VII - gestão de projetos relacionados à administração tributária;

VIII - planejamento estratégico do Departamento da Receita Tributária; e

IX - outras atividades ou funções que venham a ser criadas por lei ou regulamento.

Parágrafo único. Somente poderá ser nomeado para os cargos de provimento em comissão de Diretor do Departamento da Receita Tributária e da Divisão da Fiscalização Fazendária, o Agente Fiscal Tributário que possua, no mínimo, 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo e aprovado no estágio probatório.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Fica extinta a Gratificação Especial de Incentivo à Arrecadação - GEIA, instituída pela Lei Complementar nº 310, de 24 de março de 2016.

Art. 42. Aplicam-se aos ocupantes dos cargos de Agente Fiscal Tributário as disposições da Lei Complementar nº 187, de 30 de agosto de 2011 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Votuporanga, no que não conflitem com esta Lei Complementar.

Art. 43. A quantidade de cargos de provimento efetivo de Agente Fiscal Tributário fica fixada em 20 (vinte).

Parágrafo único. Ocorrendo a vacância do cargo de Agente Fiscal Tributário dos níveis II a VI, por aposentadoria, falecimento, demissão ou exoneração, o cargo vago voltará ao nível I.

Art. 44. Não se aplicam aos Agentes Fiscais Tributários as disposições previstas na Lei Complementar nº 214 de 02 de julho de 2012, suas alterações e as que a sucederem.

Art. 45. As despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento Anual do Município, suplementadas se necessário.

Art. 46. Fica revogada a Lei Complementar nº 310, de 24 de março de 2016.

Art. 47. Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Paço Municipal “Dr. Tancredo de Almeida Neves”, 7 de abril de 2025.

Jorge Augusto Seba
Prefeito Municipal

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ANEXO I

Tabela de Vencimentos Base

(a que se refere o art. 18 desta Lei Complementar)

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTOS
Agente Fiscal Tributário I	
Agente Fiscal Tributário II	
Agente Fiscal Tributário III	
Agente Fiscal Tributário IV	
Agente Fiscal Tributário V	
Agente Fiscal Tributário VI	

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

Praça “Vereador Viana Filho” - Vila América
CEP 15.502.105 – Fone/Fax (17)3421.1188 – 0800 775 1188
CNPJ 49.677.917/0001-14
www.camaravotuporanga.sp.gov.br

Documento enviado para assinatura ao(s): O WARTÁ O.

Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.

e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<>>> DATA / HORA: 08/04/2025 08:35:43 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROT-110555-3X1B4S-6N2N2M | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ANEXO II

Prêmio de Produtividade relativo aos Cargos de Provimento em Comissão

(a que se refere o § 6º do art. 19 desta Lei Complementar)

Cargo	Quotas Fixas
Diretor do Departamento da Receita Tributária	1.200
Diretor do Departamento da Fiscalização Fazendária	1.100
Diretor de Divisão que integre a Secretaria Municipal da Fazenda	1.000

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

Praça “Vereador Viana Filho” - Vila América
CEP 15.502.105 – Fone/Fax (17)3421.1188 – 0800 775 1188
CNPJ 49.677.917/0001-14
www.camaravotuporanga.sp.gov.br

Documento enviado para assinatura ao(s): O WARTÁ O.

Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.

e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<>>> DATA / HORA: 08/04/2025 08:35:43 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROTM-110555-3X1B4S-6N2N2M | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.

